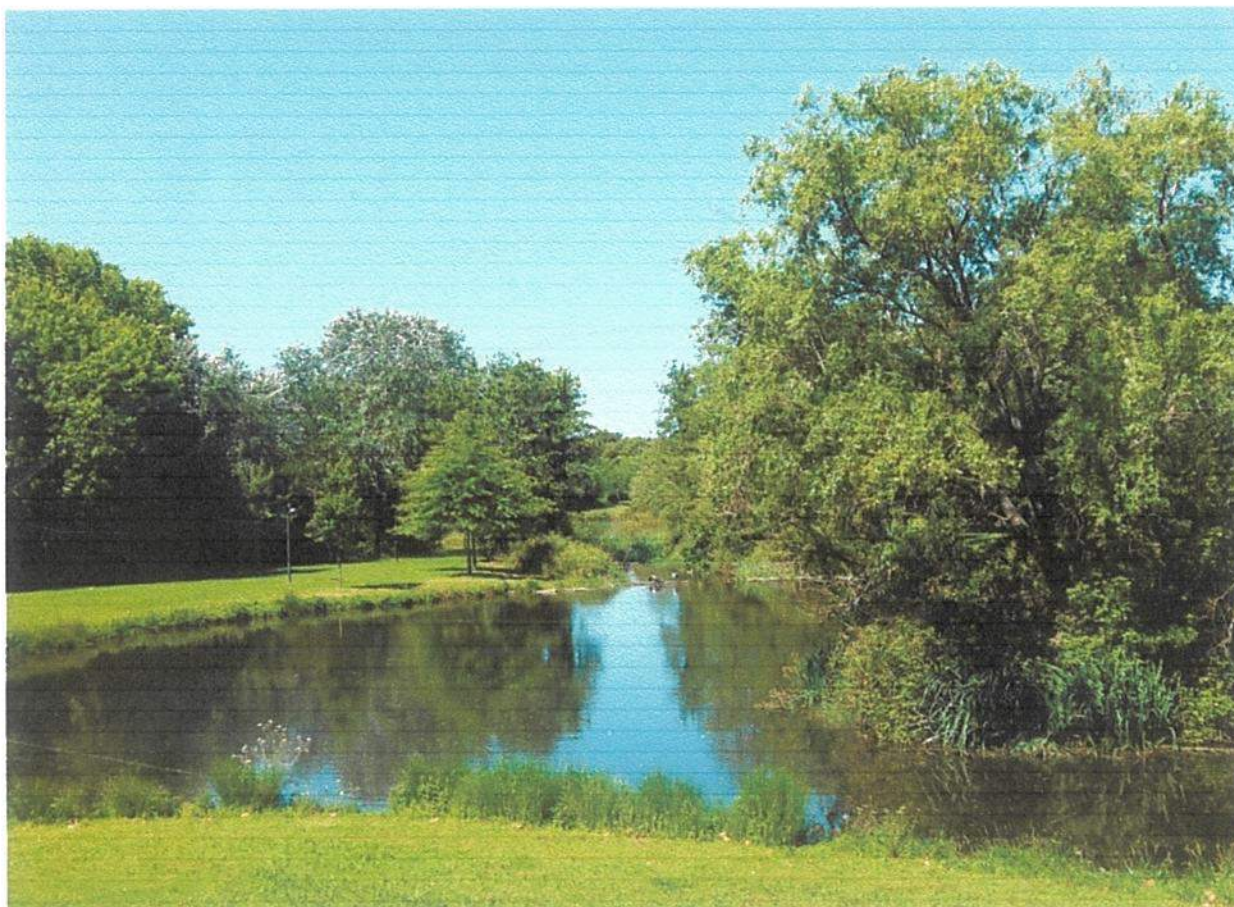




CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
PELOURO DA INOVAÇÃO E AMBIENTE
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS
DIVISÃO MUNICIPAL DE PARQUES URBANOS
PARQUE DA CIDADE DO PORTO



DECLARAÇÃO AMBIENTAL
2015 a junho 2016



CMR



ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Identificação e Contactos	3
1.2 Âmbito de Registo do Parque da Cidade do Porto no EMAS	3
1.3 Apresentação	4
1.4 Descrição do Parque da Cidade do Porto	5
2 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	9
2.1. Política Ambiental	9
2.2. Sistema de Gestão	10
2.3. Aspetos Ambientais e Impactes Ambientais	10
3 DESEMPENHO AMBIENTAL	14
3.1. Objetivos, Metas e Programas	14
3.2. Consumo de Recursos	16
3.2.1 Consumo de água da rede (água potável)	16
3.2.2 Consumo de água para rega	17
3.2.3 Consumo de energia elétrica	19
3.2.4 Consumo de gasóleo, gasolina e gás propano	20
3.3. Produção de Resíduos	21
3.4. Biodiversidade	22
3.5. Emissões de CO ₂	25
4 COMUNICAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO	27
5 REQUISITOS LEGAIS/CONFORMIDADE LEGAL	28
6 VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL	33
ANEXO - NOTA EXPLICATIVA SOBRE O VALOR B UTILIZADO NA DECLARAÇÃO AMBIENTAL	34



1 | INTRODUÇÃO

1.1 Identificação e Contactos

Designação	Câmara Municipal do Porto Pelouro da Inovação e Ambiente Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos Divisão Municipal de Parques Urbanos Parque da Cidade do Porto
Morada	Estrada interior da Circunvalação n.º 15443, 4100 - 183 Porto
Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos	Dra. Teresa Gabriela Marques Leite
Responsável SGA	Eng.ª Filomena Matos
Responsável EMAS	Eng.ª Maria Cristina Magalhães
Número de Colaboradores	59
Telefone:	225 320 086
Website:	ww.cm-porto.pt
Email:	parquesurbanos@cm-porto.pt
N.º Identificação de Pessoa Coletiva – NIPC	501 306 099
Tipo de sociedade	Pessoa coletiva de direito público
Atividade (CAE Rev. 3)	84113
Código NACE	8130

1.2 Âmbito de Registo do Parque da Cidade do Porto no EMAS

Gestão do Parque da Cidade do Porto



1.3 Apresentação

Em 1926 a Câmara Municipal do Porto inicia a aquisição dos terrenos destinados ao Parque da Cidade. Nos anos 60, o Plano de Urbanização do Arquiteto Robert Auzelle demarca e classifica o espaço destinado ao Parque mas atribui-lhe um programa que inclui a feira das exposições e conflitua com o conceito de parque urbano. Em 1982, começa a ser elaborado um estudo sobre as referências históricas da arquitetura paisagista e as ideias de projeto para o Parque da Cidade.

O projeto é desenvolvido pela Universidade Técnica de Lisboa, sob a coordenação de Sidónio Pardal sendo os resultados dos estudos sobre conceitos de estética da paisagem e as primeiras ideias desenhadas para o Parque da Cidade apresentados em março de 1984 na Casa do Infante.

Em 1991, inicia-se a construção adotando um processo evolutivo com uma forte componente de desenho pragmático. O Parque da Cidade do Porto é o maior parque urbano do país. A modelação do terreno e a utilização da pedra como elemento de composição paisagística obedeceram a uma gestão inovadora utilizando materiais provenientes de escavações e demolições, conseguindo assim uma economia relevante.

O parque avalia-se pela sua beleza paisagística, na qual está a sua razão de ser. A drenagem estruturada em bacias autónomas que confluem para os lagos e charcas são uma inovação reconhecida por William Thompson na Landscape Architecture Magazine.

Os caminhos desenvolvem-se discretamente com uma integração subtil no movimento da paisagem ligando acontecimentos que estruturam o mapa mental do parque onde os utentes se orientam com muita facilidade ao longo dos cerca de 11 Km de percursos formais.

É de realçar a dimensão visionária desta obra, sonhada e preparada a muito longo prazo, resultante da vontade política e de trabalho continuado ao longo de muitas gerações que disponibilizou os cerca de 80 ha ocupados pelo parque. A criação de um parque urbano depende dos instrumentos políticos e administrativos de planeamento e gestão do solo e também da capacidade de idealizar, arquitetar, construir e saber manter uma paisagem esteticamente conseguida e fruída como uma obra de arte, com prazer, pela população.

A fruição do parque é essencialmente o estar que se completa como ato contemplativo motivado pela expressão estética da paisagem inspirada na ideia do belo natural que só se materializa como um produto cultural.

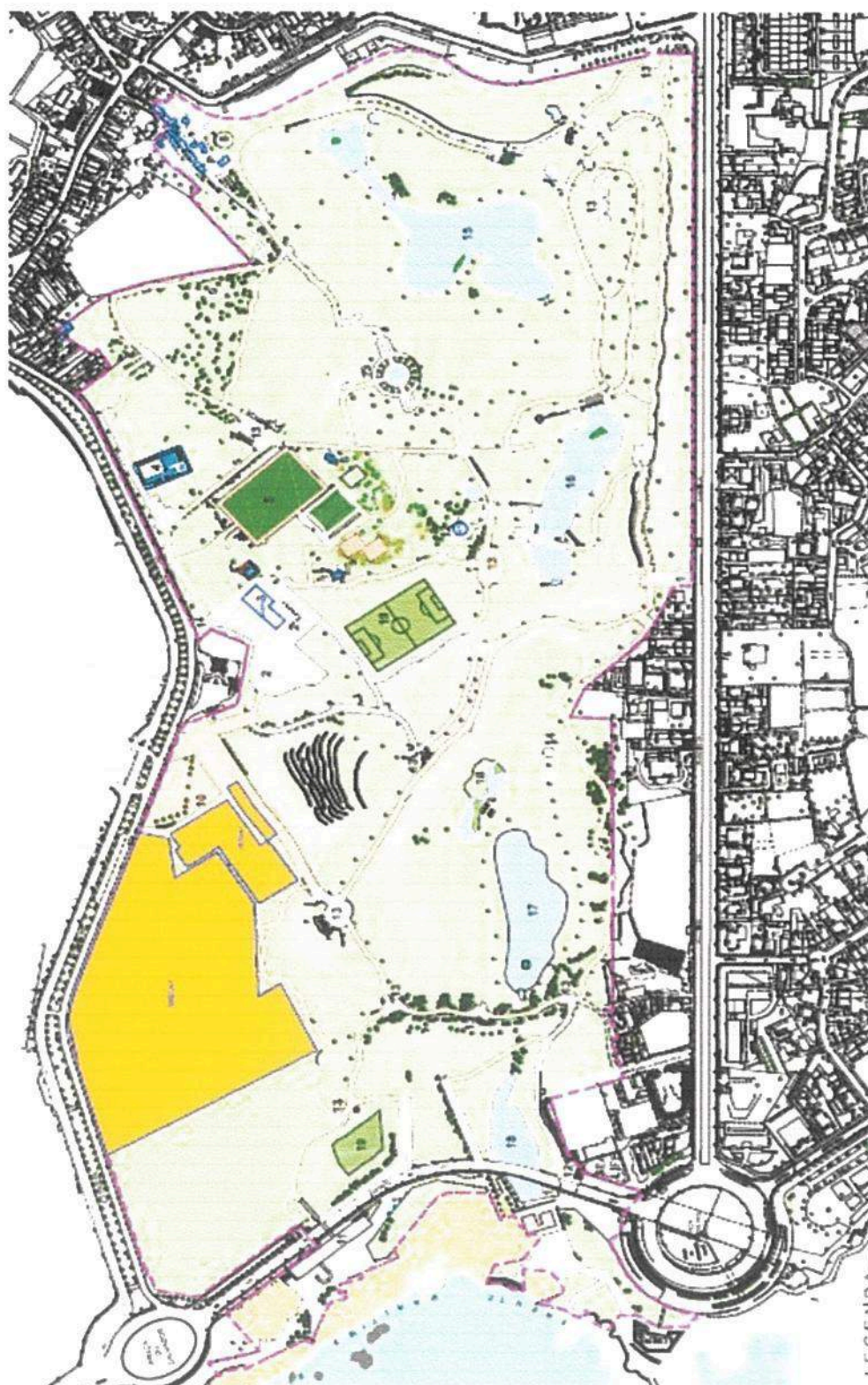
O valor do Parque da Cidade é intangível, intrínseco e evidente no agrado dos seus utentes e no efeito salutar que tem na estrutura urbana da cidade.

Em 2000, foi selecionado pela Ordem dos Engenheiros com uma das "100 obras mais notáveis construídas do século XX em Portugal". Os espaços edificados, parte deles resultantes da reconversão de pré-existências são da autoria dos arquitetos João Rapagão e César Fernandes (Excertos de Sidónio Pardal, 2006).



1.4 Descrição do Parque da Cidade do Porto

O Parque da Cidade apresenta espaços verdes, lagos, charcas, balneários para os utilizadores dos Parque e espaços concessionados (Sport Club do Porto, Pavilhão da Água, restaurantes e lojas) que, embora integrados no parque, a sua gestão não é da sua responsabilidade. O espaço designado de Queimódromo encontra-se sob a gestão da PortoLazer, E.E.M.



- LEGENDA
1. Entradas do Parque da Cidade 2. Parque de Estacionamento 3. Edifício Administrativo 4. Pavilhão da Água 5. Zona Desportiva
 6. Equipamento apoio Zona Desportiva 7. Horta Pedagógica 8. Núcleo Rural 9. Sport Clube Porto 10. Courts Tennis
 11. Edifício Transparente 12. Instalações Sanitárias 13. Estádios 14. Miradouro (Nova) 15. Lago I 16. Lago II
 17. Lago III 18. Charcas 19. Zona de Jogos 20. Centro de Educação Ambiental

Figura 1 - Mapa do Parque da Cidade do Porto



Figura 3 - Lago 2 (Zona Centro - Entrada de Nevogilde)

2| SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

2.1. Política Ambiental

O Parque da Cidade é uma obra de arte de Arquitetura Paisagista, um espaço aberto ao público e tem um elevado significado urbanístico e cultural. O Parque da Cidade convida à fruição das suas paisagens, à prática informal de atividades desportivas, de lazer, de convívio, de repouso contemplativo, proporcionando assim a ocupação saudável de tempos livres. É de sublinhar que são várias as instituições de ensino que utilizam intensamente o Parque da Cidade como espaço educativo, principalmente nos meses de Primavera e Verão assim como acolhe também eventos de natureza distinta e de grande envergadura.

A Câmara Municipal do Porto, reconhecida como uma entidade pró-ativa na procura continuada de qualidade de vida para os cidadãos, pretende mostrar no Parque da Cidade, além da manutenção da obra na sua dimensão paisagística, a observação de cuidados com a implementação do sistema de gestão ambiental através do cumprimento dos seguintes requisitos:

- Garantir o cumprimento dos requisitos legais e outros aplicáveis aos aspetos ambientais relacionados com as operações de manutenção e formas de utilização do Parque da Cidade;
- Prevenir a poluição que possa ser gerada através das atividades desenvolvidas, adotando as melhores práticas de higiene e limpeza, tratamento/encaminhamento de resíduos, jardinagem, gestão da água e energia nas vertentes técnica e económica;
- Melhorar continuamente o desempenho ambiental, promovendo a utilização racional de recursos naturais e a valorização dos resíduos produzidos;
- Assegurar a manutenção e a conservação do coberto vegetal e da biodiversidade do Parque da Cidade como suporte da expressão estética da paisagem;
- Assegurar à comunidade utilizadora do Parque da Cidade condições adequadas ao seu bem-estar, e promover ações de sensibilização/educação ambiental;
- Fomentar a comunicação interna e externa com as partes interessadas, incluindo a divulgação desta Política Ambiental ao público em geral.



2.2. Sistema de Gestão

O Parque da Cidade do Porto tem implementado um Sistema de Gestão Ambiental de acordo com a norma NP EN ISO 14001:2004, encontrando-se certificado desde 2007.

Atendendo à responsabilidade social da Câmara Municipal na proteção e melhoria do ambiente na cidade, em 2015, o Pelouro de Inovação e Ambiente decidiu participar no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1221/2009, de 25 de novembro, que constitui um instrumento de gestão voluntário com o objetivo de promover a melhoria contínua do desempenho ambiental, bem como a disponibilização de informação relevante ao público e outras partes interessadas.

2.3. Aspetos Ambientais e Impactes Ambientais

Os aspetos ambientais são identificados por atividade contemplando situações normais, não normais e de emergência.

Consideram-se situações normais as atividades de rotina, situações não normais as atividades não rotineiras (ex. avaria, manutenção, etc.) e situações de emergência uma ocorrência súbita e inesperada que origina uma situação de perigo para os colaboradores da organização, para as condições ambientais ou para as instalações, como por exemplo: emergência médica, incêndio, derrame de produtos químicos, etc.

Os aspetos ambientais diretos estão associados a atividades do Parque da Cidade sobre os quais tem controlo de gestão direto e incluem:

- Consumo de recursos naturais como água, energia e outros recursos;
- Consumo de produtos químicos (Exemplo: óleos e massas lubrificantes e outros, com exceção de produtos fitofarmacêuticos que não são utilizados no Parque da Cidade do Porto).
- Resíduos sólidos e/ou líquidos;
- Águas residuais;
- Emissões gasosas;
- Ruído ambiental.

Para cada atividade estão normalmente associados vários aspetos ambientais.

Os aspetos ambientais indiretos podem resultar da interação do Parque da Cidade com terceiros sobre os quais pode em certa medida exercer influência e incluem:

- Consumo de recursos (água, energia e outros recursos) por subcontratados/fornecedores, promotores de eventos e utilizadores do Parque (público em geral) ;
- Resíduos, emissões e ruído ambiental produzidos em atividades realizadas por subcontratados/fornecedores e promotores de eventos.

Para cada aspeto ambiental identifica-se o potencial impacte ambiental associado, dentro das seguintes categorias:



- Diminuição da disponibilidade de recursos (naturais ou transformados);
- Degradação do solo e espaços verdes (incluindo impacte na Flora);
- Impacte na Fauna;
- Poluição atmosférica;
- Poluição aquática;
- Contaminação do solo;
- Aumento do volume de resíduos produzidos;
- Poluição sonora.

Foi também considerada a categoria de Saúde Humana.

A significância (S) dos impactes ambientais é avaliada de acordo com a seguinte metodologia:

$$S = RA + LA + PI + MC$$

em que:

RA - Risco Ambiental, calculado através do produto dos critérios de significância: G x D x F que correspondem, respetivamente, à Gravidade, Dimensão e Frequência.

LA - Legislação Ambiental Aplicável aos Aspetos Ambientais

PI - Partes Interessadas

MC - Medidas de Controlo.

Os aspetos ambientais são considerados Significativos se S for superior ou igual a 17.

Para os aspetos ambientais significativos são definidos objetivos, metas, ações e respetivos prazos e responsáveis pela implementação no Programa de Gestão Ambiental; definidas medidas/boas práticas no Programa de Controlo Operacional e realizadas visitas de controlo operacional com periodicidade mensal e definidas práticas de monitorização e medição.

Nos casos em que os aspetos ambientais não sejam significativos, deve ser avaliada a necessidade de definição de monitorização e medição e/ou medidas de controlo operacional de forma a evitar que o aspeto ambiental se torne significativo.



Aspetos ambientais significativos 2015

Atividades	Tipo de Situação	Aspetos Ambientais Significativos	Diretos/ Indiretos	Impacte Ambiental	Significância
Utilização do parque pelos visitantes	Normal	Resíduos sólidos urbanos (RSU)	Indireto	Aumento do volume de resíduos produzidos	17
	Não Normal (Acolhimento de grandes eventos)	Utilização do solo e espaços verdes	Direto	Degradação do solo e espaços verdes e Impacte na Fauna	20
		Resíduos sólidos urbanos (RSU)	Indireto	Aumento do volume de resíduos produzidos	19
Manutenção e conservação dos espaços verdes	Normal (Rega)	Consumo de água (captação superficial - lagos)	Direto	Diminuição da disponibilidade de recursos	27
		Consumo de água (captação subterrânea)	Direto	Diminuição da disponibilidade de recursos	19
		Consumo de energia elétrica (central de bombagem)	Direto	Diminuição da disponibilidade de recursos	25
Espaços concessionados	Normal	Consumo de energia elétrica	Direto	Diminuição da disponibilidade de recursos	25
		Consumo de água (rede)	Direto	Diminuição da disponibilidade de recursos	17
		Consumo de água (captação subterrânea)	Direto	Diminuição da disponibilidade de recursos	17

Aspetos ambientais positivos

- A não utilização de produtos fitofarmacêuticos desde janeiro de 2015, tendo sido substituída pela momba mecânica.
- A valorização interna dos resíduos verdes.



Figura 4 - Lago 2 (Zona Centro - Entrada Nevogilde)



3| DESEMPENHO AMBIENTAL

3.1. Objetivos, Metas e Programas

Programa de Gestão Ambiental 2015

Aspetos Ambientais Significativos	Objetivos	Metas	Ações	Resultados
Utilização do Parque pelos Visitantes				
Resíduos sólidos urbanos (RSU)	Promover a responsabilidade ambiental junto das diferentes partes interessadas	Promover a consciência ambiental do público para a correta separação de resíduos	Realização de Campanhas de Sensibilização para a correta separação de resíduos (Centro de Educação Ambiental)	100%
Utilização do solo e espaços verdes	Promover a responsabilidade ambiental junto das diferentes partes interessadas	Promover a consciência ambiental do público para a correta utilização do solo e espaços verdes	Realização de Campanhas de Sensibilização para a correta utilização do solo e espaços verdes (Centro de Educação Ambiental)	100%
Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes (Rega)				
Consumo de água (captação superficial - lagos)	Minimizar o consumo de água para rega	20% relativamente a 2014	Implementação de novo sistema de gestão de rega (software de controlo central IQ)	100%
Consumo de água (captação subterrânea)				
Consumo de energia elétrica (central de bombagem)	Minimizar o consumo de energia elétrica	5% relativamente a 2014		
Espaços Concessionados				
Consumo de energia elétrica	Promover a responsabilidade ambiental junto das diferentes partes interessadas	Promover a consciência para as boas práticas ambientais	Elaborar o Manual de Boas Práticas	Transitou para 2016
Consumo de água (rede)			Divulgar o Manual de Boas Práticas	Transitou para 2016

O Manual de Boas Práticas não foi concluído em 2015 pelo facto de se encontrar sujeito a um processo administrativo interno complexo e moroso interno de validação.



Programa de Gestão Ambiental 2016

Aspetos Ambientais Significativos	Objetivos	Metas	Ações	Prazo
Utilização do Parque pelos Visitantes				
Resíduos sólidos urbanos (RSU)	Diminuir a produção de RSU, potenciando a valorização de resíduos recicláveis	5%	Promover a recolha seletiva dos resíduos produzidos no parque: Colocação de recipientes no parque para separação dos resíduos pelos utilizadores do parque Colocação de suporte de divulgação de regras de separação de resíduos junto dos recipientes Realização de Campanhas de Sensibilização para a correta separação de resíduos (Centro de Educação Ambiental/LIPOR)	4º Trimestre
Utilização do solo e espaços verdes	Garantir o estado do solo e espaços verdes como antes da realização do evento	90%	Elaborar o Manual de Boas Práticas	Junho
			Divulgar o Manual de Boas Práticas	Julho
			Estabelecer práticas de controlo do "antes" e "depois" da realização dos eventos	Julho
Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes (Rega)				
Consumo de água (captação superficial - lagos)	Manter o consumo de água para rega	Igual a 2015	Otimização do sistema de gestão de rega (software de controlo central IQ) implementado	Durante o ano de 2016
Consumo de água (captação subterrânea)				
Consumo de energia elétrica (central de bombagem)	Manter o consumo de energia elétrica	Igual a 2015		
Espaços Concessionados				
Consumo de energia elétrica	Promover a responsabilidade ambiental junto das diferentes partes interessadas	Promover a consciência para as boas práticas ambientais	Elaborar o Manual de Boas Práticas	Junho
Consumo de água (rede)			Divulgar o Manual de Boas Práticas	Julho



Em 2015, atendendo ao investimento associado à implementação do sistema de gestão de rega (software de controlo central IQ), os objetivos de minimização do consumo de água para rega em 20% relativamente a 2014 e de minimização do consumo de energia elétrica em 5% relativamente a 2014 foram atingidos.

Deste modo, não se considerou viável a implementação de novas medidas sem primeiro sistematizar e otimizar o sistema de gestão de rega já implementado, tendo sido decidido, para 2016, manter os consumos de água e energia elétrica do ano anterior.

3.2. Consumo de Recursos

Na avaliação do desempenho ambiental do Parque da Cidade do Porto, sendo uma organização do sector não produtivo (administração local), o valor B referido no ponto C) do Anexo IV do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, de 25 de novembro, deveria fazer referência à dimensão da organização, expressa em número de trabalhadores. Contudo, e atendendo à impossibilidade de contabilização do número de visitantes do Parque que ainda é mais significativo do que o número de colaboradores, considerou-se mais adequado utilizar a área do Parque em m² em substituição do número de colaboradores. Em Anexo à presente Declaração Ambiental apresenta-se uma nota explicativa sobre o valor B utilizado.

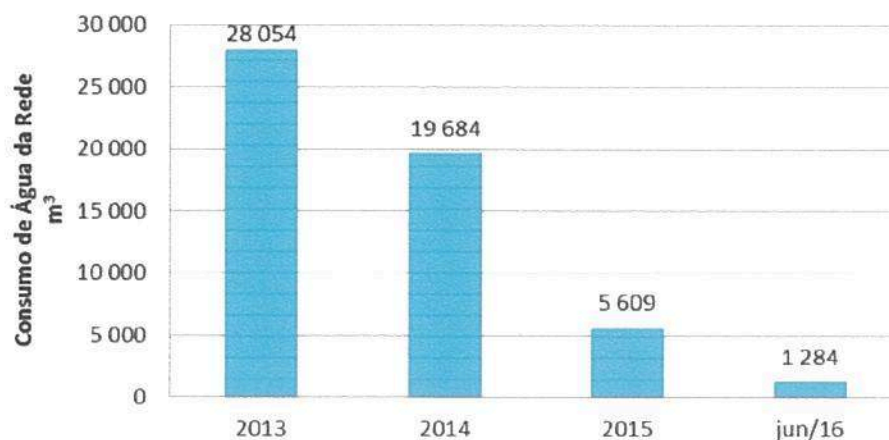
De seguida são reportados os indicadores da água, eficiência energética, água, produção de resíduos, biodiversidade e emissões. Relativamente à eficiência de materiais, o Parque da Cidade não identifica nenhum indicador associado ao fluxo mássico anual dos vários materiais utilizados, expressos em toneladas, justificada pela diversidade de materiais utilizados na sua atividade essencialmente de serviços.

3.2.1 Consumo de água da rede (água potável)

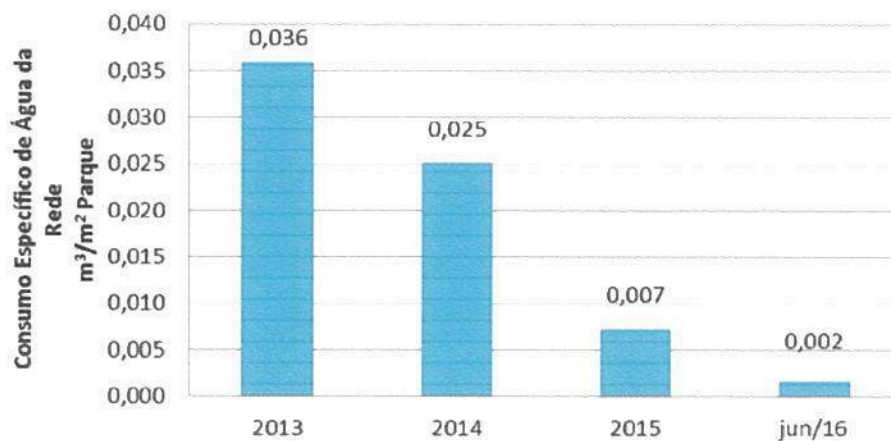
Em 2014 o consumo de água da rede foi de 19 684 m³ e em 2015 registou-se uma redução de cerca de 71,5%. Esta redução justifica-se com a implementação de diferentes fontes de abastecimento de água em determinadas charcas, nas quais promovemos fornecimento permanente de água dos lagos em detrimento da água potável.



Consumo de Água da Rede de 2013 a junho 2016



Consumo Específico de Água da Rede de 2013 a junho 2016

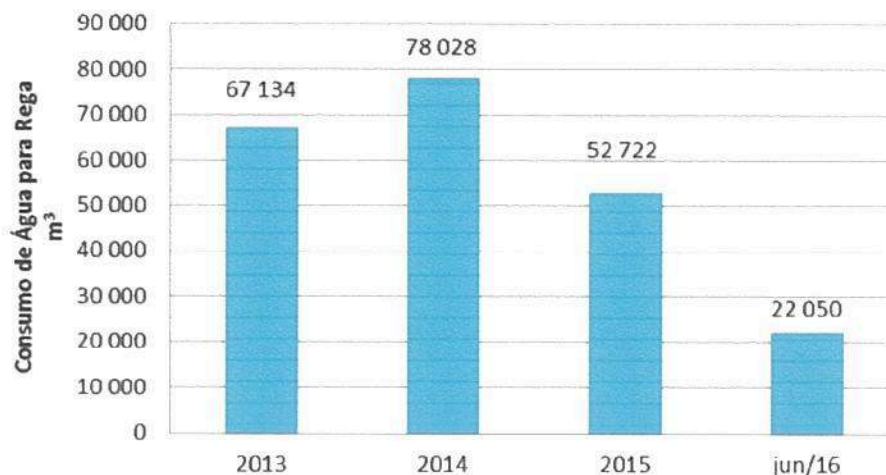


3.2.2 Consumo de água para rega

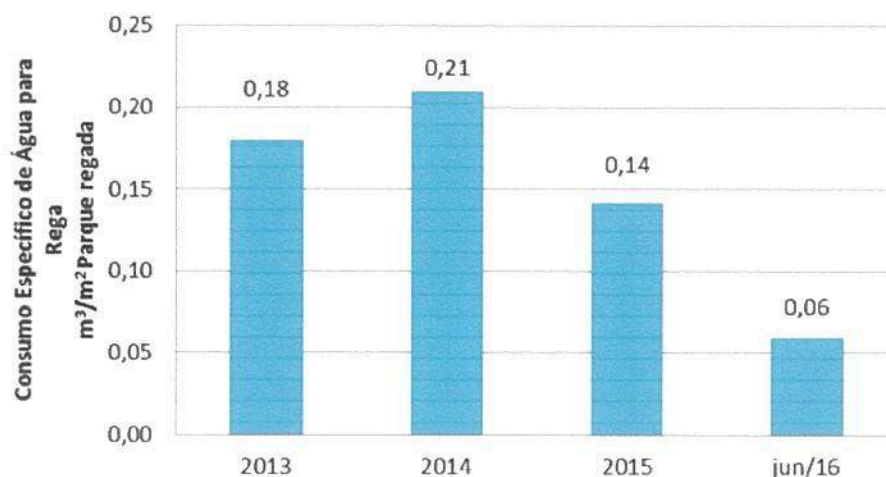
Desde 2013 que se tem registado uma redução do consumo de água para rega proveniente da captação superficial do lago, com exceção de 2014. Em maio desse ano ocorreu uma rotura no sistema de rega que não foi detetada nem reparada atempadamente, tendo implicado uma perda da ordem dos 15 000 m³ de água.



Consumo de Água para Rega de 2013 a junho 2016



Consumo Específico de Água para Rega de 2013 a junho 2016



Em 2015, com a implementação do Projeto Rega Inteligente, nomeadamente, com a atualização do sistema central de controlo de rega *IQ da Rain Bird*, verificou-se uma redução do consumo de água para rega na ordem dos 33%, comparando o ano de 2014 com o ano de 2015, bem como uma economia energética pela diminuição de horas de bombagem. Outra das vantagens do sistema de controlo de rega IQ implementado é que permite verificar atempadamente a existência de roturas e outras perdas de água, através de alarmes emitidos pelo software.

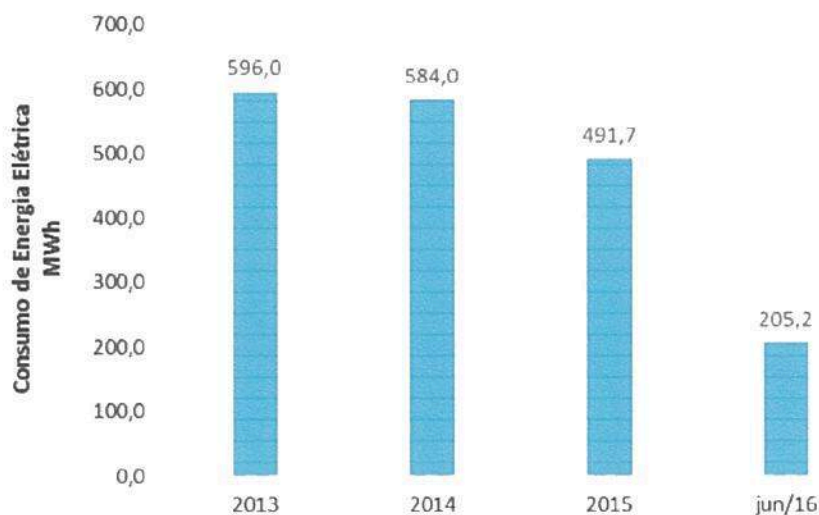


3.2.3 Consumo de energia elétrica

O consumo de energia elétrica está essencialmente associado à iluminação do parque e do edifício administrativo e ao funcionamento da central de bombagem do sistema de rega do parque.

Atendendo a que em 2014 com a substituição das lâmpadas com potência de 125W para lâmpadas com 33W, conseguiu-se uma redução do consumo de energia elétrica de 15,8% em 2015, particularmente nos meses de inverno nos quais a iluminação do parque funciona mais tempo, o consumo de energia elétrica associado à iluminação do parque não foi considerado como aspeto ambiental significativo.

Apenas foi considerado como aspeto ambiental significativo o consumo de energia elétrica associado ao funcionamento da central de bombagem do sistema de rega do parque.



Consumo Específico de Energia Elétrica	2013	2014	2015	jun/16
MWh/m ₂ Parque	0,0008	0,0007	0,0006	0,0003



3.2.4 Consumo de gasóleo, gasolina e gás propano

O consumo de gasóleo e gasolina está associado ao funcionamento de máquinas agrícolas e máquinas de manutenção dos espaços verdes.

O consumo de gás propano está associado ao sistema de aquecimento de água para os balneários do edifício administrativo e balneários públicos.

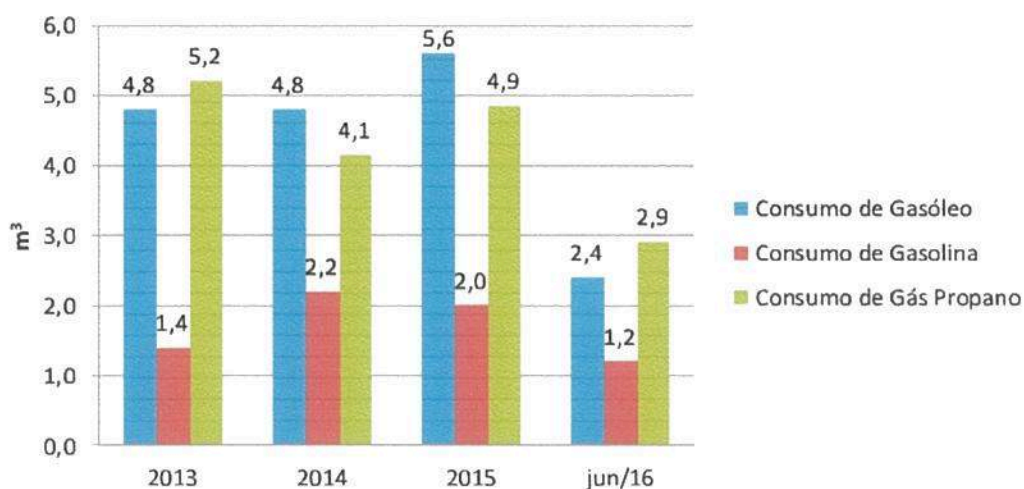
O consumo de gasóleo aumentou cerca de 16,6% relativamente a 2014 devido ao aumento do número de máquinas com consumo desta fonte de energia.

O consumo de gasolina diminuiu cerca de 9% de 2014 para 2015 devido à diminuição do número de máquinas com motorização de combustão a gasolina.

O consumo de gás propano aumentou cerca de 17% de 2014 para 2015.

O aumento no número de banhos por parte dos utilizadores do Parque em 2015 comparativamente a 2014, resultou no aumento de consumo de gás, consumo este também associado a períodos maiores de utilização do sistema de aquecimento central em função da temperatura ambiente exterior.

Consumo de Gasóleo, Gasolina e Gás Propano de
2013 a junho 2016





Consumo Específico de Gasóleo,
Gasolina e Gás Propano de 2013 a junho
2016

m^3/m^2 Parque	2013	2014	2015	jun/16
Consumo Específico de Gasóleo	0,00001	0,00001	0,00001	0,00000
Consumo Específico de Gasolina	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000
Consumo Específico de Gás Propano	0,00001	0,00001	0,00001	0,00000

3.3. Produção de Resíduos

A classificação dos resíduos é realizada de acordo com a Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014, que altera a Decisão 2000/532/CE relativa à lista de resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

No Parque da Cidade existem ecopontos para recolha seletiva de papel/cartão, plástico/metalo, vidro e resíduos sólidos urbanos, que são utilizados pelos visitantes. Estes resíduos são recolhidos pela Divisão Municipal de Limpeza Urbana e Transportes da Câmara Municipal do Porto.

Os resíduos biodegradáveis (designados resíduos verdes) produzidos na manutenção do Parque ou são valorizados internamente ou recolhidos pela LIPOR para valorização orgânica.

Com a aquisição da máquina "Estilhaçador de madeira" (bio-triturador) em 2015, conseguiu-se valorizar internamente os resíduos verdes em cerca de 20 a 30%, em detrimento do seu encaminhamento para a Lipor, justificando a redução da produção de resíduos verdes em 2015.

Na manutenção do Parque da Cidade existe um estilhaçador de madeira que estilhaça a madeira para fazer estilha, sendo aplicada no solo como prevenção contra o crescimento de infestantes. Para além do referido, sendo um material biodegradável, a sua decomposição natural contribui para o enriquecimento dos solos onde é aplicada.

Os restantes resíduos produzidos são separados e encaminhados para destinatários autorizados, com vista à sua valorização ou eliminação.

É objetivo do Parque da Cidade apostar na sensibilização de todos os colaboradores e visitantes para a importância da prevenção da geração de resíduos e para a sua correta separação, potenciando a valorização dos resíduos. Importa realçar a atividade do Centro de Educação Ambiental neste âmbito.



Quantidades de resíduos produzidas em 2013 a Jun 2016

Designação da Lista de Resíduos (Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014)	Código da Lista de Resíduos (Decisão da Comissão n.º 2014/955/AE, de 18 de dezembro de 2014)	2013	2014	2015	Junho 2016	2013	2014	2015	Junho 2016
		ton				ton/m² Parque			
Vidro	20 01 02	1,2	0,8	1,6	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Papel e cartão	20 01 01	2,4	2,7	2,8	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Plásticos	20 01 39	1,1	1,4	0,7	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Resíduos biodegradáveis ("resíduos verdes")	20 02 01	507,5	327,8	76,6	12,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores, não triados, contendo desses acumuladores ou pilhas	20 01 33*	0,03	0,03	0,03	0,02	0,0	0,0	0,0	0,0
Resíduos urbanos e equiparados, sem outras especificações	20 03 99	26,8	27,4	23,8	11,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	13 12 08*	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0

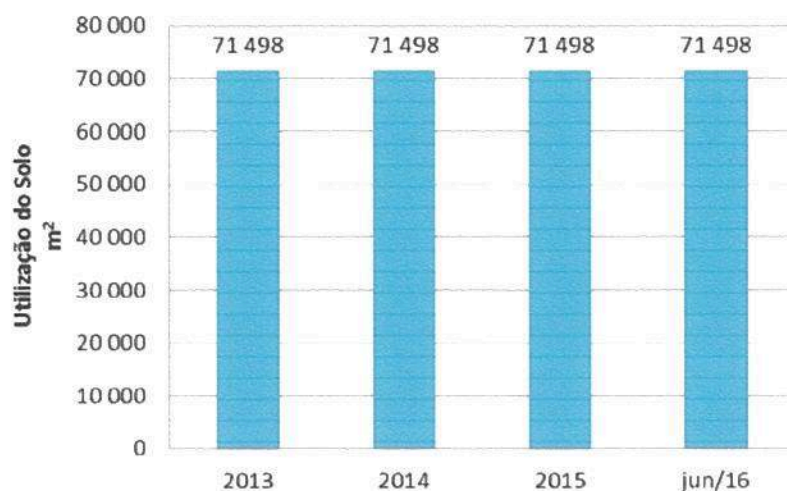
	2013	2014	2015	Junho 2016	2013	2014	2015	Junho 2016
Quantidade de Resíduos	ton				ton/m² Parque			
Resíduos Totais	539,0	360,2	105,5	26,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Resíduos Perigosos	0,03	0,03	0,03	0,12	0,0	0,0	0,0	0,0
Resíduos Não Perigosos	539,0	360,1	105,5	26,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Resíduos Valorizados	512,2	332,7	81,7	15,1	0,0	0,0	0,0	0,0

3.4. Biodiversidade

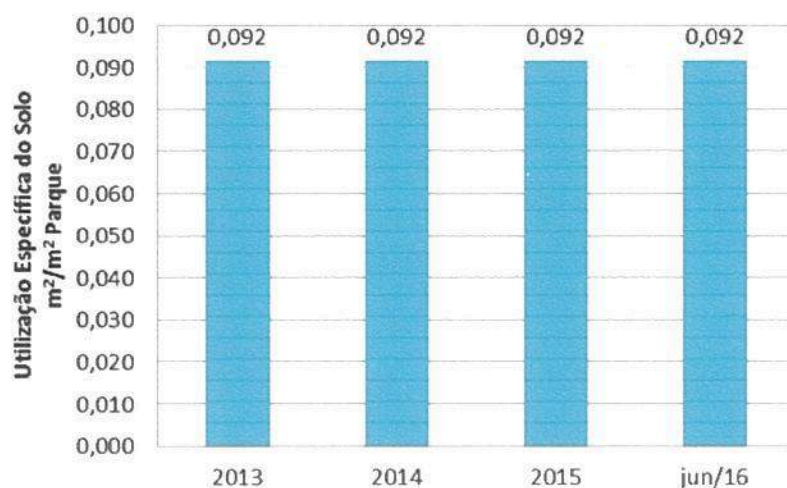
A área total do Parque da Cidade é 781 202 m² e a área de implantação do edificado é 71 498 m², valores que não alteraram desde 2013.



Utilização do Solo de 2013 a junho 2016



Utilização Específica do Solo de 2013 a junho 2016



O Parque da Cidade contribui para a preservação da biodiversidade e desempenha um papel importante na sensibilização do público que visita o parque e da sociedade em geral.

Várias circunstâncias concorreram para que o espaço do Parque da Cidade chegasse aos dias de hoje apresentando uma biodiversidade diferencial no contexto do espaço urbano. A componente vegetal, fúngica e animal são consideradas valores naturais do Parque, sendo esta diversidade um importante fator para manter o equilíbrio ecológico baseado na relação entre os organismos vivos entre si e com o ecossistema, assegurando a sobrevivência das espécies de animais selvagens, bem como a preservação dos recursos naturais.



A flora do Parque da Cidade é diversificada, a zona poente apresenta alguns constrangimentos de desenvolvimento causados pelas condições meteorológicas adversas devido à proximidade do mar. Contudo, a fase do Parque apresenta um coberto vegetal arbóreo estável, estando em franco desenvolvimento o coberto vegetal arbustivo. Existem no Parque da Cidade cerca de 74 espécies arbóreas, 42 espécies arbustivas, 15 espécies de árvores de fruto e 10 espécies aquáticas, num total de várias dezenas de milhares de exemplares.

A componente vegetal do Parque apresenta zonas densamente arborizadas, sendo composta por pinheiros e eucaliptos de grandes dimensões, assim como de pequenos aglomerados de árvores e arbustos de menores dimensões, destacando-se as seguintes espécies:

Pinheiro manso (*Pinus pinea*), Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), Plátanos (*Platanus* spp.), Choupos (*Populus* spp.), Carvalhos (*Quercus* spp.), Amieiros (*Alnus glutinosa*), Salgueiros (*Salix alba*), Videiro (*Betula alba*) e diferentes espécies de camélias das quais *C. japonica*, *C. reticulata*, *C. sasanqua*, *C. sinensis* entre outras.

A vasta diversidade da fauna existente é outros dos grandes atrativos do Parque da Cidade. Ao longo dos anos têm vindo a fixar-se de forma natural entre cisnes, patos bravos, coelhos, gansos, peixes, sapos, répteis, morcegos, etc.

Entrando no parque pela frente marítima a qual, dada a inexistência de "portões" permite um acesso permanente, iniciamos a visita ao parque no seu sentido longitudinal para observação do conjunto de aves que compõem a avifauna.

É precisamente nesta entrada que se situa o lago mais pequeno do parque. Dada a sua maior proximidade com o mar é abundantemente visitado pelas aves marinhas, como a gaivota-d'asa-escura, a gaivota-argêntea e o quincho-comum.

Passado este pequeno lago e seguindo em direção a "Este" o terreno sobreleva-se um pouco e é composto por uma extensa zona relvada, onde podem ser observados o pardal-comum, a alvéola-branca e, no Outono e no Inverno, bandos de estorninhos-malhados. Chegados ao topo deste ligeiro desnível de terreno encontramos a "Sul" um outro lago com uma zona de caniços. Todo este percurso pode ser feito pelos caminhos demarcados ou completamente de forma livre por toda a extensão do parque.

Seguindo, ainda no mesmo sentido, dirigimo-nos à zona central do parque. É a "Norte" desta zona que se situa a entrada mais antiga do parque e um lago em forma de retângulo onde podem ser observadas, além das espécies acima referidas a garça-real, o pato-real, o galeirão-comum, e a galinha-d'água.

Por sua vez é na entrada "Norte" que se localiza a zona mais densamente arborizada de todo o parque composta por pinheiros e eucaliptos de grandes dimensões, zona essa preferida pelo pombo-torcaz, pela pega-rabuda, pela rola-turca e pelo melro-preto.

A visita ao parque não fica completa sem uma passagem pelo maior lago nele existente rodeado por uma ampla zona relvada mas com pequenos aglomerados de árvores de pequenas dimensões, nas quais podemos ainda observar as garças-boieiras (fora da época reprodutora) e os piscos-de-peito-ruivo.

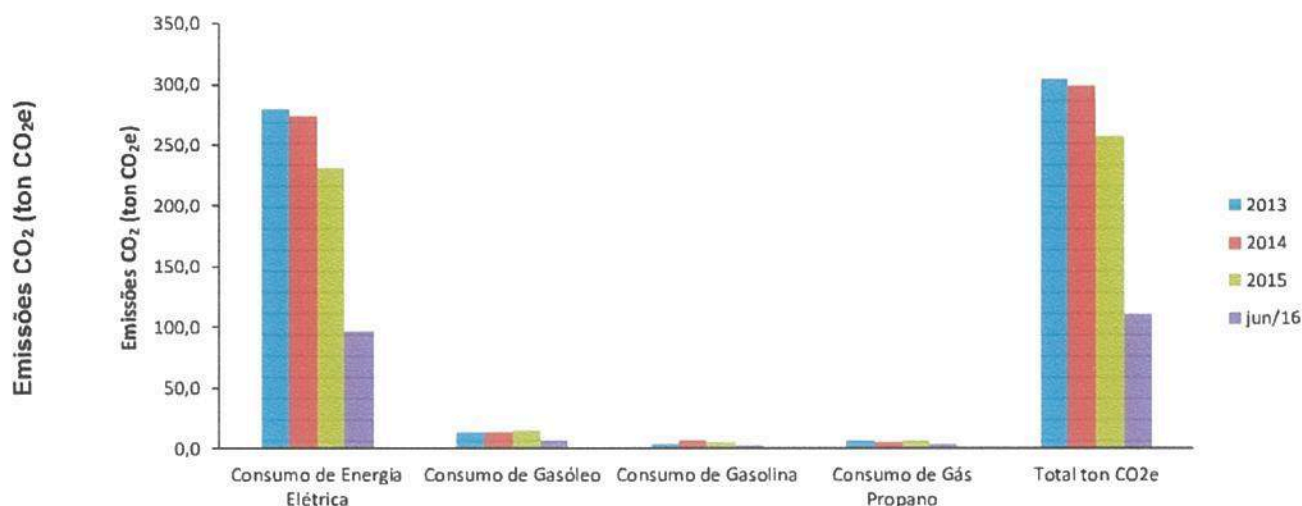


O desenho do parque teve a preocupação de modelar o espaço de forma a garantir a retenção de praticamente toda a água das chuvas. Para além disso, os lagos são abastecidos pelos níveis freáticos e por nascentes de água existentes no local. O sistema de rega do Parque da Cidade é abastecido pela água que provém dos seus lagos. Nos lagos, envolvidos em zonas de prado e arvoredo, encontram-se presentes uma diversidade de espécies de peixes como: Enguia europeia (*Anquilla anquilla*), Gambusia (*Gambusia holbrooki*), Peixe Gato (*Ameiurus melas*), Perca-sol (*Iepomis gibbosus*) e o Pimpão (*Carassius auratus*).

3.5. Emissões de CO₂

No Parque da Cidade existe emissão de CO₂ associado ao consumo de energia elétrica, ao consumo de gasóleo e gasolina utilizado nas máquinas e ao consumo de gás propano.

Para cálculo das emissões de CO₂ foram utilizados os seguintes fatores de emissão de CO₂ de acordo com o Despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho (Energia elétrica: 0,47 kg CO₂e/kWh; gasóleo: 3098,2 kg CO₂e/tep e gasolina: 2897,3 kg CO₂e/tep) e de acordo com o Despacho n.º 15793-D/2013, de 3 de dezembro (Gás propano: 0,17 kg CO₂/kWh).



Emissões Específicas de CO₂

	2013	2014	2015	jun/16
Total ton CO ₂ e/m ² Parque	0,00	0,00	0,00	0,00

Não foram considerados os equipamentos de refrigeração pelo facto de os mesmos não constituírem uma fonte de emissão e por não terem ocorrido fugas dos gases neles contidos para a atmosfera.



Figura 5 - Vale Grego (Zona Norte – Entrada Av. Boavista)



4| COMUNICAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO

Os trabalhadores do Parque da Cidade do Porto participam no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) sob diversas formas, nomeadamente a participação no levantamento e atualização dos aspetos ambientais e em ações de formação e sensibilização associadas ao Sistema de Gestão Ambiental e EMAS.

O Parque da Cidade, através do Centro de Educação Ambiental (C.E.A), contribui para a comunidade fornecendo atividades educativas inovadoras adequados a todos os tipos de pessoas de todas as idades, que contêm o tema Ambiente. Estas iniciativas realizam-se através de visitas orientadas, oficinas temáticas, projeto de escolas, publicações e material didático.

No tempo das férias o Centro Educativo fornece o chamado "Oficinas Sazonais", que consiste no alargamento das atividades de educação ambiental nos períodos de férias escolares, em particular para às famílias. Este conjunto de ateliers e atividades de expressão plástica têm normalmente lugar no Natal, Carnaval, Páscoa e Verão, e encontram-se abertas a toda a população interessada. Passamos a mencionar algumas das atividades desenvolvidas pelo C.E.A.



Figura 6 - Exemplos de atividades promovidas pelo Centro de Educação Ambiental



5| REQUISITOS LEGAIS/CONFORMIDADE LEGAL

O Parque da Cidade do Porto dispõe de uma metodologia de identificação e atualização periódica dos requisitos legais e outros associados aos aspetos ambientais da sua atividade, bem como de uma metodologia para avaliação da respetiva conformidade legal.

De seguida é apresentado um resumo dos principais diplomas legais aplicáveis aos aspetos ambientais e que são cumpridos.

Gestão Ambiental	
<p>O Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) é um mecanismo voluntário que visa promover a melhoria contínua do desempenho ambiental das organizações mediante o estabelecimento e a implementação de sistemas de gestão ambiental, bem como a disponibilização de informação relevante ao público e outras partes interessadas.</p> <p>O Parque da Cidade do Porto está certificado segundo a Norma NP EN ISO 14001:2004 desde 2007.</p>	
Requisito Legal	Resumo
Regulamento do (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009	Relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS), que revoga o Regulamento (CE) n.º 761/2001 e as Decisões 2001/681/CE e 2006/193/CE da Comissão.
Decreto-lei n.º 95/2012, de 20 de abril	Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações situadas dentro ou fora da Comunidade num sistema comunitário de ecogestão e auditoria.
Decisão da Comissão n.º 2013/131/UE, de 4 de março de 2013	Relativa à adoção do guia do utilizador que indica os passos necessários para participar no EMAS, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

Responsabilidade Ambiental	
<p>No âmbito do regime da Responsabilidade Ambiental, o Parque da Cidade do Porto constituiu uma garantia financeira através da subscrição de uma apólice de seguro de responsabilidade ambiental (N.º Apólice VICTORIA 11088305 válida de 11/07/2016 a 10/07/2017).</p>	
Requisito Legal	Resumo
Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho	Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais.



Água e Águas Residuais

O Parque da Cidade do Porto possui dois furos de captação de água subterrânea devidamente licenciados e uma captação de água superficial dos lagos também licenciada destinada para a rega dos espaços verdes (Licença de Utilização de Águas Subterrâneas n.º 321/DSGA/2006 e Licença de Utilização de Águas Subterrâneas n.º 321/DSGA/2006; Licença de Utilização de Águas Superficiais n.º 15/DSGA/2006 válida até 10/01/2017).

A água para consumo humano é proveniente da rede de abastecimento de água, não sendo utilizada água proveniente das captações para este fim.

As águas residuais domésticas produzidas são descarregadas no coletor municipal.

Requisito Legal	Resumo
Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.
Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio	Aprova um novo regime sobre as utilizações dos recursos hídricos e respectivos títulos.
Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais (Águas do Porto, E.M.)	O Presente Regulamento tem por objecto os sistemas de distribuição pública e predial de água e de drenagem pública e predial de águas residuais domésticas, no concelho do Porto, de forma que seja assegurado o seu bom funcionamento global, preservando-se a segurança, a saúde pública e o conforto dos utentes.

Energia

A principal fonte de energia no Parque da Cidade do Porto é a energia elétrica que é utilizada essencialmente no edifício administrativo, iluminação do parque e funcionamento da central de bombagem associada ao sistema de rega.

O consumo de gasóleo e gasolina está associado ao funcionamento de máquinas agrícolas e máquinas de manutenção dos espaços verdes.

O consumo de gás propano está associado ao sistema de aquecimento de água para os balneários do edifício administrativo e balneários públicos.

Em 2015 o consumo total de energia foi de 114,8 tep (Tonelada equivalente de petróleo), pelo que o Parque da Cidade do Porto não é considerado instalação consumidora intensiva de energia.

Requisito Legal	Resumo
Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril	Regula o sistema de gestão dos consumos intensivos de energia, abreviadamente designado por SGCIE, instituído com o objectivo de promover a eficiência energética e monitorizar os consumos energéticos de instalações consumidoras intensivas de energia.
Despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho	Procede à publicação dos factores de conversão para tonelada equivalente petróleo (tep) de teores em energia de combustíveis seleccionados para utilização final, bem como dos respectivos factores para cálculo da Intensidade Carbónica pela emissão de gases com efeito de estufa, referidos a quilograma de CO ₂ equivalente (kgCO ₂ e).
Despacho n.º 15793-D/2013, de 3 de dezembro	Procede à publicação dos factores de conversão entre energia útil e energia primária a utilizar na determinação das necessidades nominais anuais de energia primária.



Gases Fluorados com Efeito de Estufa e Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono

A manutenção dos equipamentos que contêm substâncias que empobrecem a camada de ozono e gases fluorados com efeito de estufa é efetuada por técnicos habilitados e empresas certificadas.

Requisito Legal	Resumo
Regulamento (UE) n.º 744/2010 da Comissão, de 18 de Agosto	Altera o Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1005/2009 estipulando datas de interdição e datas limite para as utilizações críticas de Halons.
Regulamento (CE) n.º 1005/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro de 2009	Relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.
Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de maio	Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.
Decreto-Lei n.º 35/2008, de 27 de Fevereiro	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de Agosto, que regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.
Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de Abril	O presente decreto-lei assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (CE) n.º 842/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, relativo a determinados gases fluorados com efeito de estufa, adiante designado por Regulamento.
Regulamento (UE) n.º 517/2014 da Comissão, de 16 de abril de 2014	O presente regulamento tem por objetivo proteger o ambiente mediante a redução das emissões de gases fluorados com efeito de estufa.
Regulamento (CE) n.º 1516/2007 da Comissão, de 19 de dezembro de 2007	Que estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, disposições normalizadas para a detecção de fugas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham determinados gases fluorados com efeito de estufa.



Resíduos

A classificação dos resíduos é realizada de acordo com a Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014.

No Parque da Cidade existem ecopontos para recolha seletiva de papel/cartão, plástico/metall, vidro e resíduos sólidos urbanos, que são utilizados pelos visitantes. Estes resíduos são recolhidos pela Divisão Municipal de Limpeza Urbana e Transportes da Câmara Municipal do Porto.

Os resíduos biodegradáveis (designados resíduos verdes) produzidos na manutenção do Parque ou são valorizados internamente ou recolhidos pela LIPOR para valorização orgânica.

Os restantes resíduos produzidos são separados e encaminhados para destinatários autorizados, acompanhadas por Guias de Acompanhamento de Resíduos (GAR), com vista à sua valorização ou eliminação.

Requisito Legal	Resumo
Decreto-Lei n.º 73/11, de 17 de junho	O presente decreto-lei procede à terceira alteração ao Decreto -Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, e transpõe a Directiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos.
Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014	que altera a Decisão 2000/532/CE relativa à lista de resíduos em conformidade com a Directiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.
Portaria n.º 289/2015, de 17 de setembro	É aprovado o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), que estabelece os procedimentos de inscrição e registo bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regulamento Geral de Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, pela Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.os 183/2009, de 10 de agosto, e 73/2011, de 17 de junho, pela Lei n.º 82 -D/2014, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, constante do anexo à presente portaria da qual faz parte integrante.
Portaria n.º 335/97, de 16 de maio	Estabelece as regras a que fica sujeito o transporte de Resíduos - Utilização da Guia de Acompanhamento.
Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro	Estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores.
Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de óleos novos e óleos usados, assumindo como objectivo prioritário a prevenção da produção, em quantidade e nocividade, desses resíduos, seguida da regeneração e de outras formas de reciclagem e de valorização.



Substâncias Perigosas

A quantidade de produtos químicos utilizada nas atividades do Parque da Cidade do Porto é relativamente reduzida e está associada apenas a atividades de lubrificação de máquinas realizadas na oficina.

No Parque da Cidade do Porto não são aplicados produtos fitofarmacêuticos desde dezembro de 2014. Em sua substituição é realizada a monda mecânica.

Todos os produtos químicos encontram-se armazenados no armazém em embalagens devidamente rotuladas sob bacias de retenção e com a respetiva Ficha de Dados de Segurança.

Requisito Legal	Resumo
Decreto-Lei n.º 220/2012, de 10 de outubro	Assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1272/2008, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas (Regulamento CLP), que altera e revoga as Diretivas n.º 67/548/CEE Conselho de 27 de Junho e Diretiva n.º 1999/45/CE e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro.
Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006,	Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de substâncias químicas (REACH - Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals).
Decreto-lei n.º 293/2009, de 13/10	Assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, de 18 de dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (Regulamento REACH).
Regulamento (CE) n.º 1272/2008 de 16 de Dezembro de 2008 (Regulamento CLP)	Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.



6| VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Declaração do Verificador Ambiental sobre as Atividades de Verificação e Validação

De acordo com o anexo VII do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009

A EIC - Empresa Internacional de Certificação, S.A., com o número de registo de verificador ambiental EMAS n.º PT – V - 0006 Acreditado para o âmbito Gestão do Parque da Cidade do Porto (Código NACE 81.30), declara ter verificado se o local de atividade ou toda a organização, tal como indicada na declaração ambiental da organização Parque da Cidade do Porto, cumpre todos os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, que permite a participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

Assinando a presente declaração, declaro que:

- a verificação e a validação foram realizadas no pleno respeito dos requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009;
- o resultado da verificação e validação confirma que não existem indícios do não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em matéria de ambiente;
- os dados e informações contidos na declaração ambiental da organização refletem uma imagem fiável, credível e correta de todas as atividades, no âmbito mencionado na declaração ambiental.

O presente documento não é equivalente ao registo EMAS. O registo EMAS só pode ser concedido por um organismo competente ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1221/2009. O presente documento não deve ser utilizado como documento autónomo de comunicação ao público.

Feito em Porto, 13 de Março de 2017

Assinatura


Empresa Internacional de Certificação, S.A.
Contribuinte n.º 504 882 325
Rua da Liberdade Portuguesa, n.º 8, 2.º - Esplanada
4150-125 Porto - Portugal
T. +351 225320080 Fax: +351 225320086

(Verificador Ambiental Acreditado)

Manuel Vidigal

Presidente do C.A.



ANEXO

NOTA EXPLICATIVA SOBRE O VALOR B UTILIZADO NA DECLARAÇÃO AMBIENTAL

O presente Anexo pretende apresentar uma explicação complementar à estabelecida na Declaração Ambiental sobre o valor B utilizado na avaliação do desempenho ambiental do Parque da Cidade do Porto, uma vez que é diferente do referido no ponto C) do Anexo IV do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, de 25 de novembro.

Dado que o Parque da Cidade do Porto é uma organização do sector não produtivo (administração local), inicialmente foi utilizado como valor B a dimensão da organização, expressa em número de colaboradores.

Importa referir que ainda faria mais sentido, no nosso entendimento, utilizar o número de visitantes como valor B, pois constituem uma parte importante da utilização diária do parque. Contudo, dada a impossibilidade de contabilizar este número, foi utilizado apenas o número de colaboradores como valor B que são 59.

Descrição das Atividades do Parque da Cidade do Porto

O Parque da Cidade, sendo um espaço verde público com uma área de 781 202 m², proporciona um espaço para realização de atividades de lazer entre outras, sendo frequentado por vários visitantes diariamente.

O Parque da Cidade tem um edifício administrativo com secretaria, gabinetes técnicos e casas de banho, um armazém onde são armazenados os produtos químicos e os equipamentos agrícolas utilizados na manutenção do parque. Destes equipamentos destacam-se os tratores, motorroçadoras, máquinas de corte de relva, entre outras.

Relativamente às atividades de manutenção dos espaços verdes, destacam-se a rega, podas, cortes de relva, sendo estas tarefas planeadas de acordo com as necessidades do parque.

No Parque da Cidade existem espaços concessionados como restaurantes, Pavilhão da Água, Sport Clube do Porto e lojas.

O Parque da Cidade acolhe eventos de natureza lúdica, desportiva e cultural que são devidamente autorizados pela Divisão Municipal de Parques Urbanos da Câmara Municipal do Porto.

Todas estas atividades foram consideradas no levantamento ambiental, tendo sido identificados os aspetos ambientais diretos e indiretos e avaliada a respetiva significância de acordo com a metodologia apresentada na Declaração Ambiental.

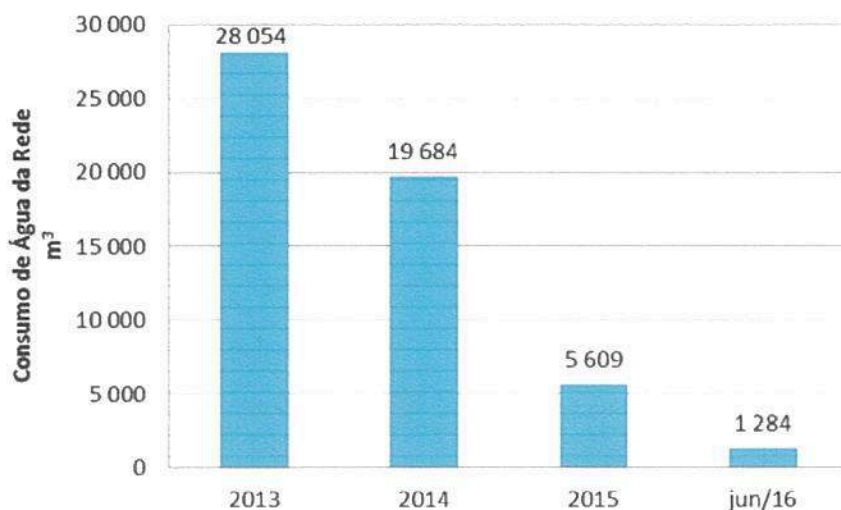


Avaliação do Desempenho Ambiental

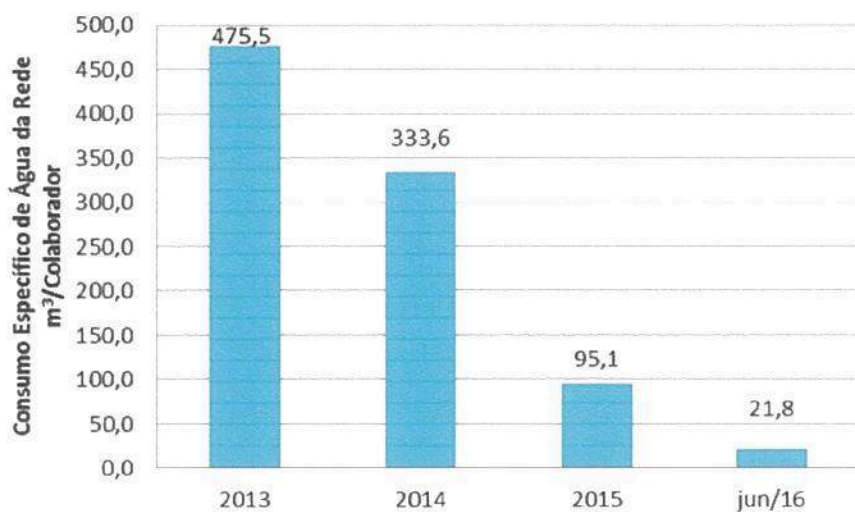
De seguida apresentam-se os resultados da avaliação do desempenho ambiental do Parque da Cidade do Porto, utilizando como valor B a dimensão da organização, expressa em número de colaboradores.

- Consumo de água da rede (água potável)

Consumo de Água da Rede de 2013 a junho 2016



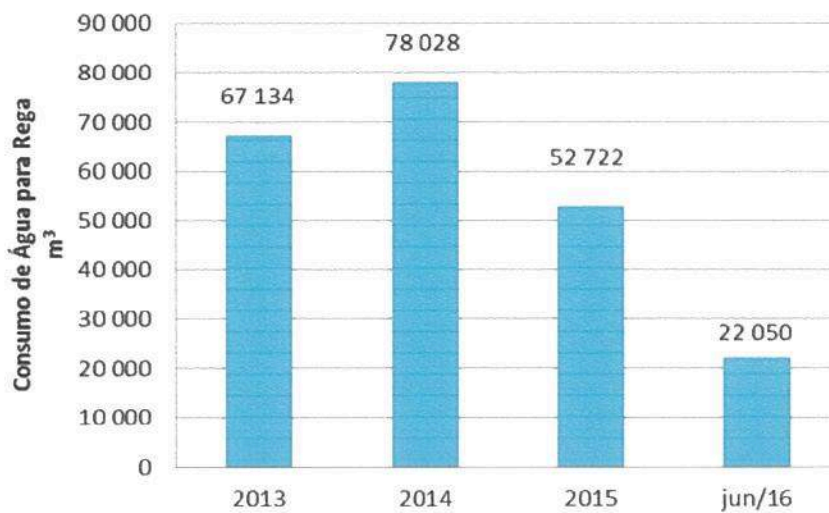
Consumo Específico de Água da Rede de 2013 a junho 2016



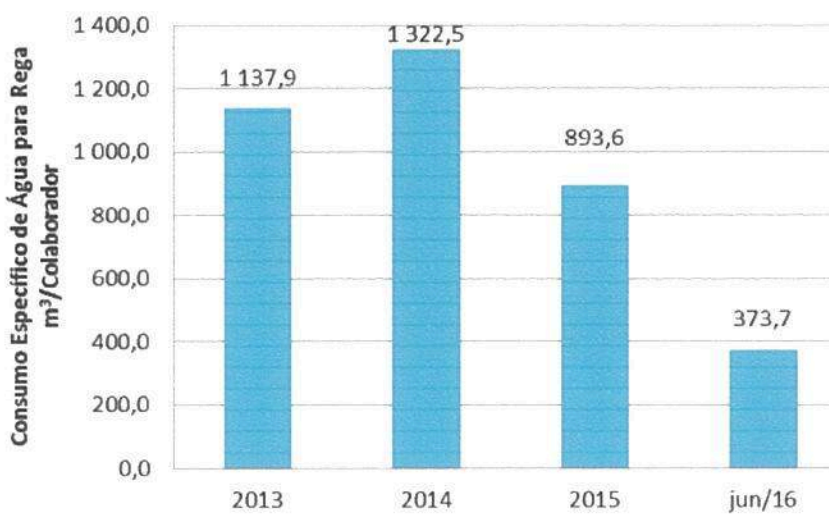


- Consumo de água para rega

Consumo de Água para Rega de 2013 a junho 2016



Consumo Específico de Água para Rega de 2013 a junho 2016

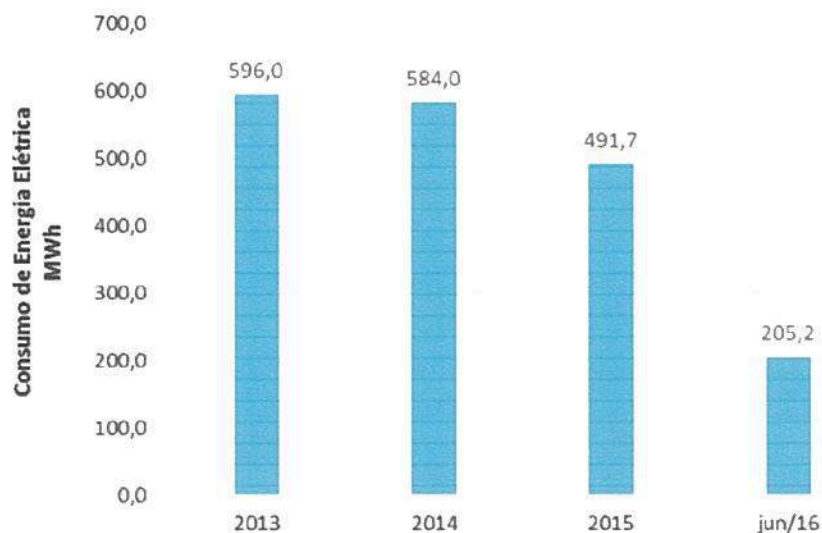




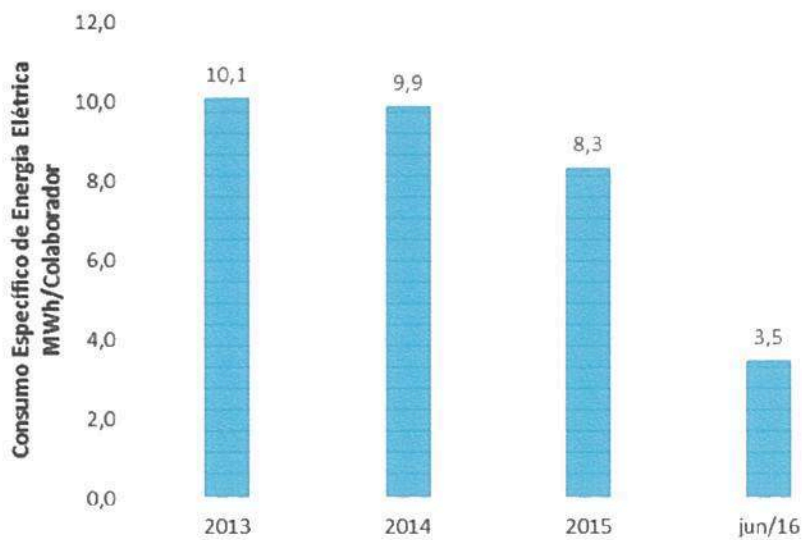
• Consumo de energia elétrica

O consumo de energia elétrica está essencialmente associado à iluminação do parque e ao edifício administrativo e funcionamento da central de bombagem associada ao sistema de rega.

Consumo de Energia Elétrica de 2013 a junho 2016



Consumo Específico de Energia Elétrica de 2013 a junho 2016

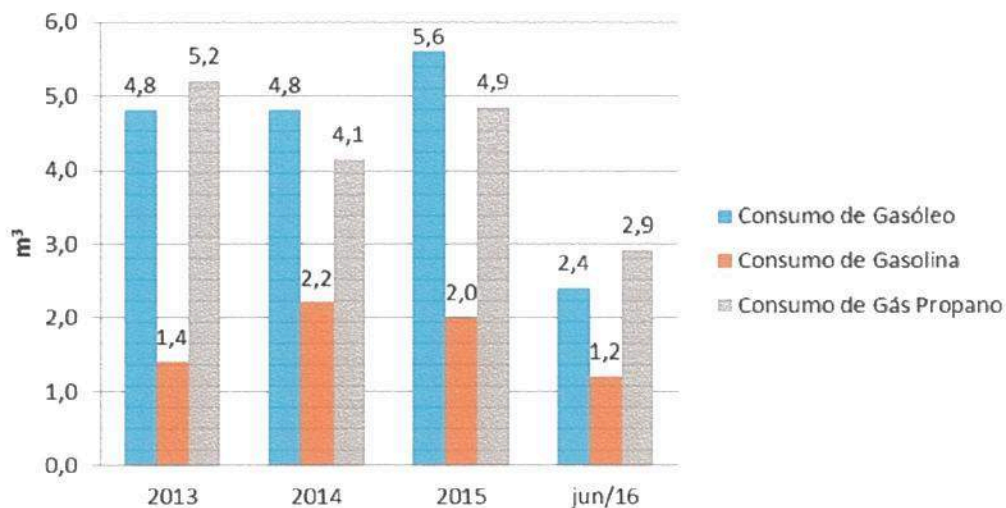


• Consumo de gasóleo, gasolina e gás propano

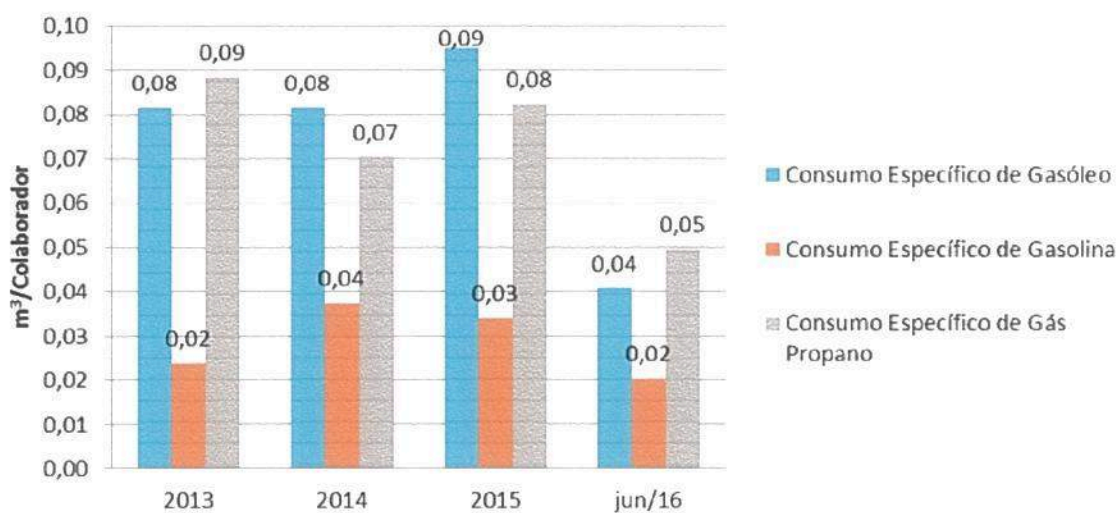
O consumo de gasóleo e gasolina está associado ao funcionamento de máquinas agrícolas e máquinas de manutenção dos espaços verdes.

O consumo de gás propano está associado ao sistema de aquecimento de água para os balneários do edifício administrativo e balneários públicos.

Consumo de Gasóleo, Gasolina e Gás Propano de 2013 a junho 2016



Consumo Específico de Gasóleo, Gasolina e Gás Propano de 2013 a junho 2016



• Produção de Resíduos

A classificação dos resíduos produzidos no Parque da Cidade do Porto é realizada de acordo com a Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014.

No Parque da Cidade do Porto existem ecopontos para recolha seletiva de papel/cartão, plástico/metall, vidro e resíduos sólidos urbanos, que são utilizados pelos visitantes. Estes resíduos são recolhidos pela Divisão Municipal de Limpeza Urbana e Transportes da Câmara Municipal do Porto.

Os resíduos biodegradáveis (designados resíduos verdes) produzidos na manutenção do Parque ou são valorizados internamente ou recolhidos pela LIPOR para valorização orgânica.

Os restantes resíduos produzidos são separados e encaminhados para destinatários autorizados, com vista à sua valorização ou eliminação.

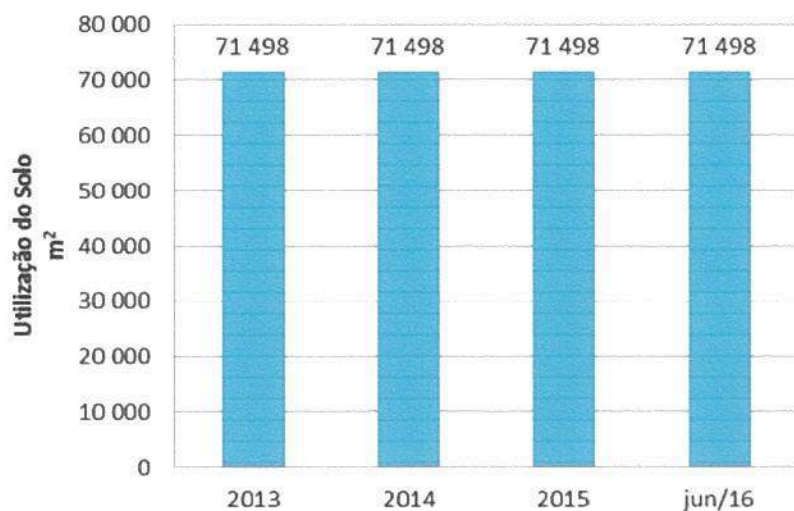
Quantidades de resíduos produzidas em 2013 a jun 2016	Designação da Lista de Resíduos (Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014)	Código da Lista de Resíduos (Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014)	2013	2014	2015	junho 2016	2013	2014	2015	junho 2016
			ton				ton/Colaborador			
	Vidro	20 01 02	1,2	0,8	1,6	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
	Papel e cartão	20 01 01	2,4	2,7	2,8	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0
	Plásticos	20 01 39	1,1	1,4	0,7	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
	Resíduos biodegradáveis ("resíduos verdes")	20 02 01	507,5	327,8	76,6	12,3	8,6	5,6	1,3	0,2
	Pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores, não triados, contendo desses acumuladores ou pilhas	20 01 33*	0,03	0,03	0,03	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
	Resíduos urbanos e equiparados, sem outras especificações	20 03 99	26,8	27,4	23,8	11,5	0,5	0,5	0,4	0,2
	Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	13 12 08*	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
			2013	2014	2015	junho 2016	2013	2014	2015	junho 2016
Quantidade de Resíduos			ton				ton/Colaborador			
Resíduos Totais			539,0	360,2	105,5	26,7	9,1	6,1	1,8	0,5
Resíduos Perigosos			0,03	0,03	0,03	0,12	0,0	0,0	0,0	0,0
Resíduos Não Perigosos			539,0	360,1	105,5	26,6	9,1	6,1	1,8	0,5
Resíduos Valorizados			512,2	332,7	81,7	15,1	8,7	5,6	1,4	0,3



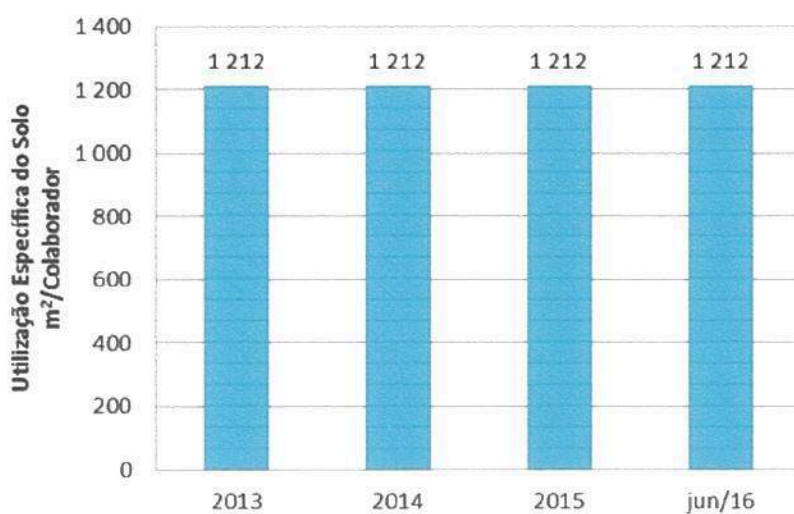
- Biodiversidade

A área total do Parque da Cidade é 781 202 m² e a área de implantação dos diversos edifícios é 71 498 m², valores que não alteraram desde 2013.

Utilização do Solo de 2013 a junho 2016



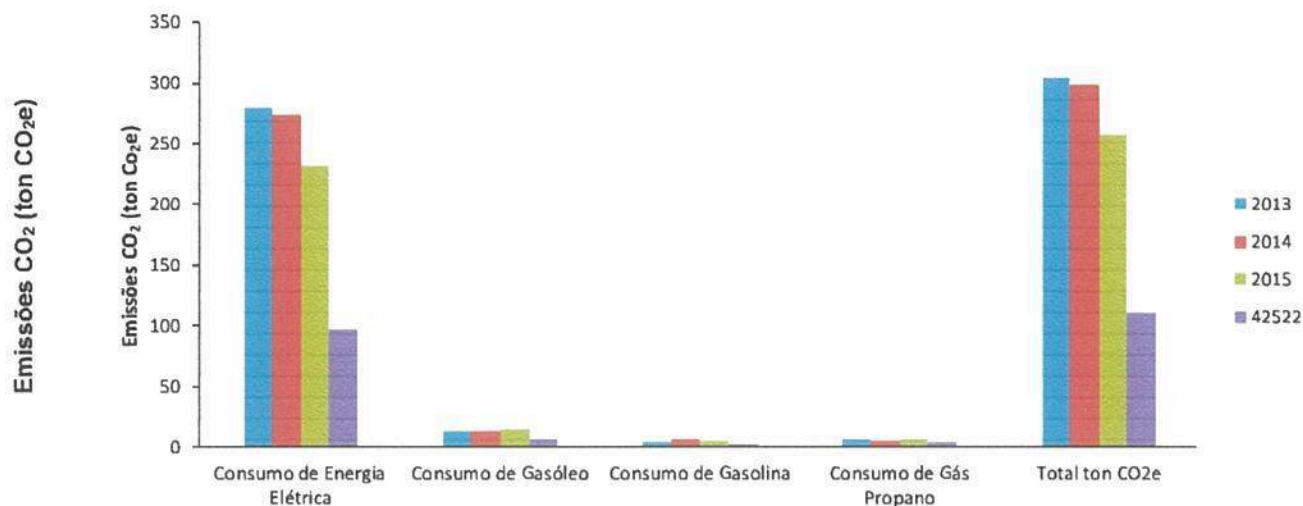
Utilização Específica do Solo de 2013 a junho 2016





• Emissões

No Parque da Cidade do Porto existe emissão de CO₂ associado ao consumo de energia elétrica, ao consumo de gasóleo e gasolina utilizado nas máquinas e ao consumo de gás propano.



Emissões Específicas CO₂
(ton CO₂e/Colaborador)

	2013	2014	2015	jun/16
Total ton CO ₂ e/m ² Colaborador	5,15	5,06	4,37	1,87

Conclusão

Atendendo aos resultados obtidos para o desempenho ambiental do Parque da Cidade do Porto, nomeadamente no que diz respeito ao consumo específico de água da rede, consumo específico de água para rega, consumo específico de energia elétrica, consumo específico de gasóleo, gasolina e gás propano, produção de resíduos, utilização específica do solo e emissões específicas de CO₂, considerou-se mais adequado utilizar como valor B a área do Parque em m² em substituição do número de colaboradores.